



AQ 05/2024

**Programa de Concurso**  
**Acordo Quadro para Aquisição de**  
**Postos de Carregamento Elétricos**

## Conteúdo

Capítulo I – Objeto e Âmbito do Concurso .....	3
Cláusula 1ª – Modalidade e Objeto do Concurso .....	3
Cláusula 2ª – Entidade Adjudicante.....	3
Cláusula 3ª – Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Capítulo II – Apresentação das Propostas.....	3
Cláusula 4ª – Concorrentes .....	3
Cláusula 5ª – Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	4
Cláusula 6ª – Modo e Prazo para a apresentação das Propostas.....	4
Cláusula 7ª – Lista dos Concorrentes e consulta das Propostas apresentadas .....	5
Cláusula 8ª - Documentos que constituem as Propostas .....	5
Cláusula 9ª – Proposta de Preços .....	6
Cláusula 10ª – Apresentação de Propostas Variantes.....	6
Cláusula 11ª – Prazo mínimo da obrigação de manutenção das Propostas.....	6
Capítulo III – Análise das Propostas .....	6
Cláusula 12ª – Critério de Adjudicação.....	6
Cláusula 13ª – Leilão Eletrónico .....	7
Capítulo IV – Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final .....	7
Cláusula 14ª – Relatório Preliminar de Análise das Propostas.....	7
Cláusula 15ª – Audiência Prévia.....	8
Cláusula 16ª – Relatório Final de Análise das Propostas .....	8
Capítulo V – Adjudicação.....	8
Cláusula 17ª – Notificação da Decisão de Adjudicação.....	8
Cláusula 18ª – Documentos de Habilitação .....	8
Capítulo VI – Disposições Gerais.....	10
Cláusula 19ª – Inscrição na Plataforma Eletrónica e acesso às peças .....	10
Cláusula 20ª – Assinatura Eletrónica.....	10
Cláusula 21ª – Apoio Técnico referente à Plataforma Eletrónica.....	11
Cláusula 22ª – Contagem dos Prazos na fase de formação do Acordo Quadro.....	11
Capítulo VII – Acordo Quadro .....	11
Cláusula 23ª – Minuta do Acordo Quadro.....	11
Cláusula 24ª – Reclamações contra a minuta .....	11
Cláusula 25ª – Celebração do Acordo Quadro .....	11
Cláusula 26ª – Caução .....	12
Anexo III – Modelo de Declaração .....	13
Anexo IV - Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro.....	14

## **Capítulo I – Objeto e Âmbito do Concurso**

### **Cláusula 1ª – Modalidade e Objeto do Concurso**

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130º a 148º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por AQ 05/2024 - “*Acordo Quadro para Aquisição de Postos de Carregamento Elétricos*”.
2. O presente procedimento tem por objetivo a seleção de concorrentes para a celebração de Acordo Quadro com vista ao fornecimento de carregadores elétricos para veículos, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no caderno de encargos, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos, compreendendo os seguintes lotes:
  - a) Lote 1 - Postos de carregamento elétricos com potência de carregamento  $\geq 18\text{kW}$  e  $< 24\text{kW}$ ;
  - b) Lote 2 - Postos de carregamento elétricos com potência de carregamento  $\geq 55\text{kW}$  e  $< 65\text{kW}$ ;
  - c) Lote 3 - Postos de carregamento elétricos com potência de carregamento  $\geq 85\text{kW}$  e  $< 95\text{kW}$
3. O Acordo Quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os concorrentes selecionados, as entidades adquirentes e a entidade gestora
4. Quaisquer outras entidades que venham a integrar a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante abreviadamente designada por CC-CIMRC), após assinatura do Acordo Quadro resultante do presente procedimento, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições estabelecidas no Acordo Quadro.

### **Cláusula 2ª – Entidade Adjudicante**

A entidade pública contratante é a CIMRC, sita na Rua do Brasil, n.º 131, 3030-175 Coimbra, com os números de telefone (+351) 239 795 200 e com o endereço eletrónico: [geral@cim-regiaodecoimbra.pt](mailto:geral@cim-regiaodecoimbra.pt).

### **Cláusula 3ª – Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

## **Capítulo II – Apresentação das Propostas**

### **Cláusula 4ª – Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.
6. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55º do CCP.

#### **Cláusula 5ª – Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, podem apresentar uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
  - a) O Júri prestará os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do concurso até ao final do prazo referido no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Cláusula 6ª – Modo e Prazo para a apresentação das Propostas**

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes podem apresentar proposta para um ou mais lotes.
3. Os documentos que constituem a proposta, referidos na Cláusula 8.º do programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
4. Os documentos que constituem a proposta deverão ser autenticados através de assinatura eletrónica nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
5. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos, mantendo-se a exigência prevista no número anterior.

6. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, que servirá de garantia da sua entrega.
7. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

#### **Cláusula 7ª – Lista dos Concorrentes e consulta das Propostas apresentadas**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos Concorrentes na plataforma.
2. Os Concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 da presente cláusula.

#### **Cláusula 8ª - Documentos que constituem as Propostas**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do n.º 6 do artigo 57º do Códigos dos Contratos Públicos, na sua redação atual, devidamente preenchido e assinado, que deve ser enviado com a designação **DEUCP**;
  - b) Declaração na qual sejam indicados os dados de informação geral do concorrente, os lotes a que concorre e os atributos, utilizando, para o efeito, o formulário constante do **ANEXO II** em formato xls, devendo ser enviado pelo concorrente em **formato PDF** com a designação “Anexo II\_[designação do concorrente].pdf” e em **formato XLS** com a designação “Anexo II\_[designação do concorrente].xls”;
  - c) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 da cláusula 20ª;
  - d) Declaração onde o Concorrente assume o compromisso de manter uma garantia dos bens objeto do contrato, durante um prazo igual ou superior ao definido na cláusula 22ª do Caderno De Encargos, ao abrigo da qual se obriga a corrigir todos os defeitos dos bens fornecidos e serviços prestados;
  - e) Ficha técnica do equipamento proposto;
  - f) Quaisquer outros documentos que o Concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta;

- g) Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso do concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa, quando tal não seja possível, na versão original, deverão ser acompanhados de tradução devidamente certificada, bem como, de declaração na qual o cocontratante declara aceitar a prevalência da tradução, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
  3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos com a proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros.
  4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra.
  5. Não serão admitidas as propostas que apresentem bens e equipamentos que não cumpram os requisitos e especificações técnicas que constam do **Anexo A** do Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 9ª – Proposta de Preços**

1. Os preços unitários dos bens e serviços objeto do Acordo Quadro a celebrar devem ser apresentados em euros, com apenas duas casas decimais, e não incluem IVA.
2. O preço é indicado em algarismos para cada item supra solicitado.
3. Os preços propostos dos artigos têm de incluir todos os requisitos definidos no caderno de encargos.

#### **Cláusula 10ª – Apresentação de Propostas Variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 11ª – Prazo mínimo da obrigação de manutenção das Propostas**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

### **Capítulo III – Análise das Propostas**

#### **Cláusula 12ª – Critério de Adjudicação**

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um

único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço total da proposta.

1. As pontuações serão calculadas com arredondamento até às centésimas.
2. Em caso de empate na pontuação final de uma ou mais propostas, o desempate será feito pelo critério da mais elevada pontuação aplicada sucessivamente a cada fator de avaliação, pela seguinte ordem até ser obtido o desempate:
  - 1º Será adjudicada a proposta que apresente o menor Preço;
  - 2º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazos e condições de garantia
  - 3º Caso ainda se mantenha o empate será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazo de entrega dos bens
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se verificar igualdade entre duas ou mais propostas relativamente a todos os fatores, mantendo-se o empate na classificação das propostas, o desempate é determinado por sorteio a realizar em sessão pública, nos seguintes termos:
  - a) Serão convidados a estar presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão estar devidamente mandatados para o efeito e fazer-se acompanhar de documento comprovativo dos poderes e qualidade em que atuam;
  - b) O sorteio será realizado com recurso a tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, as quais serão acondicionadas num saco preto;
  - c) Os representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o ato do sorteio retiram, cada um, uma bola do saco: a primeira bola será retirada pelo representante do concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
  - d) Terminado o processo de extração das bolas, ficará ordenada em primeiro lugar a proposta do concorrente que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
  - e) Em caso de falta de comparência no ato de sorteio ou de recusa em retirar a bola do saco por parte de qualquer um dos concorrentes, será o mesmo representado por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

#### **Cláusula 13ª – Leilão Eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

### **Capítulo IV – Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final**

#### **Cláusula 14ª – Relatório Preliminar de Análise das Propostas**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifiquem alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146º do CCP.

#### **Cláusula 15ª – Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os Concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

#### **Cláusula 16ª – Relatório Final de Análise das Propostas**

Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148º do CCP.

### **Capítulo V – Adjudicação**

#### **Cláusula 17ª – Notificação da Decisão de Adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

#### **Cláusula 18ª – Documentos de Habilitação**

1. Os adjudicatários devem entregar, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
  - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conforme Anexo III;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas a), b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
    - i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, também deverão ser disponibilizados registos criminais dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55º do CCP;
    - ii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - iv. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



- c) Documento comprovativo do registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso;
  - d) Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
  - e) Indicação do interlocutor na execução do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os adjudicatários podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
  3. Se algum dos adjudicatários for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
  4. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
  5. Fixa-se em 3 (três) dias o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos.
  6. Os documentos identificados nas alíneas a), c), d), e e) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  8. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.
  9. No que se refere aos documentos solicitados nas alíneas d) e e) do n.º 1 do presente artigo, é classificada como confidencial a informação relativa aos dados pessoais, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
  10. A Central de Compras da CIMRC, enquanto responsável pela celebração do presente acordo-quadro disponibiliza um sistema eletrónico de apresentação e atualização de documentos de habilitação aos cocontratantes em: <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, o qual permite a divulgação ou consulta do estado em que os mesmos se encontrem para as entidades que celebrem contratos ao abrigo daqueles acordos-quadro
  11. Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 257.º do Código dos Contratos Públicos, o sistema

eletrónico previsto no número anterior é de uso obrigatório para os cocontratantes do acordo-quadro, podendo ser dispensada a habilitação dos adjudicatários sempre que se celebrem contratos ao abrigo dos mesmos.

12. A não atualização dos documentos de habilitação no portal da Central de Compras em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, determina a suspensão do acordo-quadro relativamente ao cocontratante em incumprimento.
13. No caso previsto no número anterior, o cocontratante que esteja em incumprimento, não poderá ser convidado pelas entidades adquirentes a apresentar proposta enquanto vigorar a suspensão do acordo-quadro.

## **Capítulo VI – Disposições Gerais**

### **Cláusula 19ª – Inscrição na Plataforma Eletrónica e acesso às peças**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, designada apenas por plataforma, disponível em [www.acingov.pt/](http://www.acingov.pt/).
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consultade todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentaçãode propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.
4. A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

### **Cláusula 20ª – Assinatura Eletrónica**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

#### **Cláusula 21ª – Apoio Técnico referente à Plataforma Eletrónica**

1. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou através do telefone +351 707 451 451.
2. Encontra-se disponível, no endereço eletrónico referido número anterior, um manual de utilização da plataforma destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

#### **Cláusula 22ª – Contagem dos Prazos na fase de formação do Acordo Quadro**

1. À contagem de prazos na fase de formação do Acordo Quadro é aplicável o disposto no artigo 470º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

### **Capítulo VII – Acordo Quadro**

#### **Cláusula 23ª – Minuta do Acordo Quadro**

1. A minuta do Acordo Quadro é enviada eletronicamente ao adjudicatário, nos termos do presente programa, para aceitação.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 46º-A do CCP, caso a proposta de um determinado concorrente seja adjudicada em mais do que um lote, será celebrado um único Acordo Quadro no qual serão combinados todos os lotes adjudicados àquele Concorrente.
3. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Cláusula 24ª – Reclamações contra a minuta**

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de reclamação a CIMRC comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

#### **Cláusula 25ª – Celebração do Acordo Quadro**

1. O contrato de acordo-quadro deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação

contra aquela, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

2. A CIMRC comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que se celebra o Acordo Quadro.
3. A CIMRC atribuirá uma referência de identificação ao Acordo Quadro.

#### **Cláusula 26ª – Caução**

1. Não haverá lugar a prestação de caução no âmbito da adjudicação para celebração de contrato de acordo-quadro.
2. No entanto, no âmbito dos procedimentos de aquisição pelas entidades adquirentes ao abrigo do acordo-quadro ("call-off"), haverá lugar à prestação de uma caução nos termos constantes do caderno de encargos e do artigo 254.º do Código dos Contratos Públicos à medida que as entidades adquirentes, abrangidas pela CC-CIMRC o requeiram.
3. Nos termos do número anterior o adjudicatário prestará caução relativamente a cada um dos lotes, no valor fixado pelas entidades adquirentes, em sede de convite, sendo no máximo 5% do preço contratual respetivo, sendo ainda aplicável o disposto nos artigos 90.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração dos subsequentes contratos de aquisição, o adjudicatário deverá prestar caução, sempre que o preço contratual daqueles contratos for superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros).

#### **Anexos:**

**Anexo I** – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

**Anexo II** – Dados de informação geral do candidato e Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 8ª.

**Anexo III** – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

**Anexo IV** – Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro

**Anexo A** – Identificação dos Requisitos e especificações Técnicas

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)

### **Anexo III – Modelo de Declaração**

(Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

- 1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes, adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ...(data), ...[assinatura (5)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

#### **Anexo IV - Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro**

- a) Município de Arganil;
- b) Município de Cantanhede;
- c) Município de Coimbra;
- d) Município de Condeixa-a-Nova;
- e) Município da Figueira da Foz;
- f) Município de Góis;
- g) Município da Lousã;
- h) Município da Mealhada;
- i) Município de Mira;
- j) Município de Miranda do Corvo;
- k) Município de Montemor-o-Velho;
- l) Município de Mortágua;
- m) Município de Oliveira do Hospital;
- n) Município de Pampilhosa da Serra;
- o) Município de Penacova;
- p) Município de Penela;
- q) Município de Soure;
- r) Município de Tábua;
- s) Município Vila Nova de Poiares.

Para além da CIM Região de Coimbra e dos municípios associados, integram ainda, nesta data, a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, ficando também abrangidas pelo acordo-quadro, as seguintes entidades:

- a) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- b) SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra;
- c) ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã;
- d) APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra;
- e) Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais;
- f) APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M, S.A.;
- g) AIRC - Associação de Informática da Região Centro;
- h) ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara;
- i) ISMT- Instituto Superior Miguel Torga;
- j) ACRSS - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel;
- k) Centro Social Caeiro da Mata;
- l) Casa do Povo de Quiaios;
- m) Centro Social Sanctus Petrus – Gala;
- n) INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M., S.A.;
- o) Centro Social da Cova e Gala – IPSS;
- p) Centro Sócio-Cultural Polivalente S. Martinho – IPSS;
- q) Fundação Aurélio Amaro Diniz;
- r) Associação Goltz de Carvalho – IPSS;
- s) Casa do Povo da Marinha das Ondas – IPSS;
- t) Cáritas Diocesana de Coimbra.